



Itasuan Antonio*

RESUMO

Nosso ponto de partida começa com o livro XI das Confissões, onde Santo Agostinho trata a respeito do tempo. Uma das dificuldades empreendidas por Agostinho diz respeito a precisar o conceito de tempo e, por conseguinte, equalizar as aporias emergentes dessa definição. Em relação às aporias, a primeira questiona se o tempo existe ou não, enquanto a segunda indaga se o tempo pode ser mensurado. Nesse sentido, Paul Ricoeur, na obra Tempo e Narrativa Tomo I, observou em seus estudos que a definição de tempo em Santo Agostinho possibilitaria sua elaboração da teoria da concordância para a discordância da narrativa (um estudo realizado pelo autor em relação à Poética de Aristóteles), claro, com certas modificações da colocação de tempo dada por Agostinho. Assim sendo, este artigo surge a partir da busca por compreender como o tempo pode ser entendido a partir do diálogo estabelecido entre Santo Agostinho e Paul Ricoeur.

Palavras-chave: Santo Agostinho. Paul Ricoeur. Tempo. Aporias. Concordância.

San Agustín y Paul Ricoeur: un diálogo sobre el concepto de tiempo

RESUMEN

Nuestro punto de partida comienza con el libro XI de las Confesiones, donde San Agustín trata del tiempo. Una de las dificultades acometidas por Agustín se refiere a precisar el concepto de tiempo, por tanto, a igualar las aporías que surgen de esta definición. En cuanto a las aporías, la primera se refiere a si el tiempo existe o no; mientras que el segunda trata de si el tiempo se puede medir. En este sentido, Paul Ricoeur, en su obra Tiempo y narración Volumen I, observa en sus estudios que la definición del tiempo en San Agustín le permitiría elaborar la teoría del acuerdo para el desacuerdo de la narración (estudio realizado por el autor en relación con la Poética de Aristóteles), claro está, con ciertas modificaciones de la ubicación temporal dada por Agustín. Por tanto, este artículo surge de la búsqueda de comprender cómo se puede comprender el tiempo a partir del diálogo establecido entre San Agustín y Paul Ricoeur.

Palabras-clave: San Agustín. Paul Ricoeur. Tiempo. Aporías. Concordancia.

Santo Agostinho e Paul Ricoeur: um diálogo sobre o conceito de tempo

Introdução

A respeito do tempo, Ricoeur evoca Agostinho e a sua teoria do tríplice presente, que aborda o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro. É por meio dessa leitura em Agostinho que este trabalho pretende destacar a discordância, um apontamento que Ricoeur fez sobre o tempo em Agostinho.

Neste sentido, tendo em vista que a preocupação de Ricoeur está relacionada com a narração, tanto a de ficção como a de história real, nota-se que o tempo é de basilar importância para essa fundamentação. Por outro lado, o conceito de tempo em Agostinho é também de suma importância para a compreensão da hermenêutica em Ricoeur. Por isso, esta pesquisa possui como objetivo destacar o tempo em Agostinho a partir da análise empreendida por Paul Ricoeur.

A obra que utilizamos como base para tratar sobre o tempo é as *Confissões*, de Santo Agostinho. De maneira geral, a obra trata de uma autobiografia do autor. Ricoeur, ao fazer a sua análise sobre o tempo em Agostinho, nos adverte que seu compromisso é apenas com o livro XI, momento em que o medievalista aborda a questão do tempo.

Destarte, o que instiga Ricoeur a buscar o conceito de tempo em Agostinho é justamente “um caráter altamente interrogativo e mesmo aporético” (RICOEUR, 1994, p. 20). Sendo assim, emerge a pergunta de por que Ricoeur se utilizou do tempo empregado nas *Confissões*, e não em qualquer outro filósofo? É porque quando se fala a respeito do tempo, algumas categorias devem ser mencionadas, as quais Nunes enuncia da seguinte maneira:

Alinhamos cinco conceitos deferentes — tempo físico, tempo psicológico, tempo cronológico, tempo histórico e tempo linguístico — que diversificam uma mesma categoria, combinada à quantidade (tempo psicológico) ou a ambas (tempo cronológico), esse último aproximando-se do primeiro pela objetividade e opondo-se à subjetividade do segundo, cuja escala humana difere do tempo histórico e da do tempo linguístico, ambos de teor cultural (NUNES, 1995, p. 23).

A partir dessas categorias do tempo, como bem salientou Nunes, é necessário pontuar que, para Agostinho, o tempo é um tempo psicológico. Neste sentido, é a partir da tese do tempo psicológico que devemos olhar para o conceito agostiniano. Por conseguinte, o tempo pode ser caracterizado da seguinte maneira:

O que agora claramente transparece é que nem há tempos futuros nem pretéritos. É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das coisas presentes e presentes das futuras. Existe, pois estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte: lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras (AGOSTINHO, 1984, LIVRO XI, p. 222).

Portanto, observa-se que o conceito de tempo trabalhado por Agostinho remete a um tempo que se dá na alma, que é de onde surge a teoria do tríplice presente. Isso ocorre porque a alma, enquanto centro das capacidades intelectuais e sensíveis do homem, é o lugar em que podemos situar o tempo. Desta forma, é nela que percebemos o tríplice presente: o presente do pretérito, o presente do presente e o presente do futuro. Com a posse da informação de que o tempo em Agostinho está situado na alma, destacamos que a teoria do tríplice presente nasce com o intuito de resolver o problema da aporia do tempo. E é por isso que

Agostinho toma uma via acessória e desloca o centro de investigação para a realidade interior do homem, a alma (anima). É na alma que o bispo de Hipona pretende encontrar respostas para essa realidade temporal. Os elementos que captam a realidade temporal são a memória, a atenção e a espera (GUIMARÃES, 2014, p. 75).

Com isso, queremos dizer que o percurso de interiorizar o tempo na alma é o caminho pelo que Agostinho utilizou para discutir os problemas pertinentes às aporias do tempo, tema que trataremos em seguida.

Distinção entre eternidade e tempo

Antes de abordarmos as colocações em relação às aporias I e II, destacamos que, em Agostinho, os conceitos de tempo e de eternidade ocupam posições diferentes devido à preocupação de Agostinho em refutar a argumentação dos Maniqueus. Disso resulta a conclusão que Agostinho alcançou com relação à eternidade e o tempo:

Enalteçam-vos as vossas obras, para que vos amemos! Que nos Vos amemos, para que as vossas obras Vos enalteçam! Elas têm princípio e fim no tempo, nascimento e morte, progresso e decadência, beleza e imperfeição. Portanto, todas elas têm sucessivamente manhã e tarde, ora

oculta ora manifestamente. Foram feitas por Vós do nada, não porém da vossa substancia ou de certa matéria pertencente a outrem ou anterior a Vós, mas da matéria concriada, isto é, criada por Vós ao mesmo tempo que elas, e que, sem passar da informidade à forma. É certo que a matéria do céu é diferente da terra e a beleza de um diferente da beleza de outro, pois a matéria do mundo a tirastes do nada, e a beleza do mundo, da matéria informe. Vós as criastes, contudo, ao mesmo tempo, a matéria e a forma, porque entre a criação da matéria e a da forma não mediou nenhum espaço de tempo (AGOSTINHO, 1984, LIVRO XIII, p. 286).

Como podemos observar, antes de Deus criar o universo a partir do nada, não existia o tempo, apenas a eternidade. Nesse sentido, o tempo foi criado por Deus. Esse destaque é feito com a finalidade de demonstrar o contraste entre a criatura e o Criador, isto é, Deus não possui um início e nem um fim, ele é eterno. Por outro lado, todas as coisas criadas pela palavra de Deus possuem um início e um fim. E é por isso que:

Se a sucessão do tempo não está no Criador, estará na criatura, sendo assim, se quisermos saber a seu respeito, devemos nos remeter ao tempo psicológico, isto é, procurá-lo dentro de nós, ou seja, em nossa própria consciência. Dessa maneira, o tempo pode ser compreendido como a percepção que temos do passado, do presente e do futuro. A dimensão do tempo é humana e não divina. O tempo assim compreendido passa a ser o resultado de como apreendemos a sucessão contínua de eventos, que nos causam a sensação de sua transitoriedade (NASCIMENTO, 2019, p. 158-159).

Ressaltamos que as interpretações de Ricoeur sobre as *Confissões*, ao diferenciarem eternidade e tempo, não ficaram isentas de críticas. Como, por exemplo, a de que:

Ricoeur acha que se devem separar a reflexão sobre a eternidade e a reflexão sobre o tempo porque o encadeamento entre a análise do tempo com a meditação sobre a eternidade dá à busca agostiniana um tom de gemido esperançado, que retira acuidade dramática à questão do tempo (ROSA, 2009, p. 24).

Neste sentido, vale pontuar que o autor, ao se apropriar de determinados elementos no tocante a definição de tempo, tinha conhecimento da relação entre este e a eternidade. Por isso, “não é uma violência sem alguma justificativa, pois Ricoeur percebe a potencialidade e centralidade que o exemplo do hino tem na compreensão sobre o tempo” (RICHTER, 2018, p. 66).

Sendo assim, nos interessa a parte em que Agostinho trabalha o conceito de tempo. Isso porque pretendemos fazer uma análise a partir da aceção de Ricoeur sobre as *Confissões*, especificamente sobre o livro XI, onde o tempo é usado para fundamentar sua teoria. Sobre isso, Ricoeur pontua da seguinte maneira:

Na própria argumentação de Agostinho que, tratando do tempo, não se refere mais à eternidade senão para marcar mais fortemente a deficiência ontológica característica do tempo humano, e mede-se diretamente pelas aporias que afligem a concepção do tempo enquanto tal (RICOEUR, 1994, p. 20).

Do que foi dito até aqui, entendemos que a temporalidade se sobrepõe a eternidade para os fins que Ricoeur almeja e, por isso, buscaremos em seguida elencar os elementos basilares da compreensão de Ricoeur sobre o tempo em Agostinho.

Aporia I

A exposição do primeiro problema apontado nas *Confissões* emerge quando Agostinho questiona: “o que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei” (AGOSTINHO, 1984, LIVRO XI, p. 218).

Essa pergunta acarreta a asserção de que o tempo é, na verdade, uma aporia ontológica, quero dizer, aponta para a questão se o tempo possui existência ou não. A resposta de Agostinho em relação a essa pergunta é essencial para o objetivo que Ricoeur almeja, isto é, “colocar em pauta a concepção de tempo psicológico proposta por Agostinho” (VIANA, 2012, p. 6). Deste modo, quem se habilitar a fazer uma leitura sobre o tempo em Agostinho, nos adverte Ricoeur, não encontrará ali uma fenomenologia pura do tempo. E é por isso que o autor, ao escrever sobre o tempo em relação às *Confissões* de Santo Agostinho, apresenta-nos a seguinte tese:

Esse estilo aporético assume ademais uma significação particular na estratégia de conjunto da seguinte obra. Será uma tese permanente deste livro que a especulação sobre o tempo é uma ruminação inconclusiva, à qual só replica a atividade narrativa. Não que esta resolva, por substituição, as aporias. Se as resolve, é num sentido poético e não teórico do tempo (RICOEUR 1994, p. 21).

O que Agostinho quis dizer quando afirmou que sabe o que é o tempo se ninguém o perguntar? Essa pergunta é o caminho para a argumentação de que o tempo é uma tese psicológica, visto que, ao tentar explicar o conceito, logo se depara com outro problema, o da linguagem. Assim, qual foi a via que Agostinho utilizou para responder essa questão? A resposta a essa pergunta pode ser elaborada da seguinte maneira:

Em agostinho o tempo é mais um enigma onde a linguagem não consegue explicar o “ser” do tempo. O tempo é impossibilitado de ser dito, falado, entretanto, não é impossibilitado de ser compreendido. Como solução para o paradoxo do ser e não-ser do tempo, Agostinho elaborou a noção de tempo como *distensão da alma*, porque o não-ser do tempo remete ao argumento cético de que o tempo não é mais e o presente não permanece (OLIVEIRA, 2013, p. 77).

De forma complementar, a maneira que Agostinho encontrou para responder à pergunta sobre o que é o tempo também é entendida quando sabemos a quem ou a que ele está se referindo. Dessa maneira, parece até que estamos diante do argumento de Parmênides do ser e do não-ser, entretanto, neste caso, é um ser e não-ser do tempo e, portanto, trata-se de um argumento cético. Ricoeur fez a seguinte descrição desse argumento:

O argumento cético é bem conhecido: o tempo não tem ser, posto que o futuro ainda não é, que o passado não é mais e que o presente não permanece. E, contudo, falamos do tempo como tendo ser: dizemos que as coisas por vir serão, que as coisas passadas foram e que as presentes passam” (RICOEUR, 1994, p. 22).

Do que já foi exposto até aqui acerca da primeira aporia, é o suficiente para destacar que embora Agostinho não tenha alcançado êxito em exprimir a definição de tempo, por outro lado, admite a existência de fatos futuros e passados. Com isso, pretendemos agora pontuar como é processada a relação entre entres esses três tempos, pois, do contrário, não seria a teoria do tríplice presente. Agostinho nos diz que foi ensinado pela tradição que o tempo são três, passado, presente e futuro. Todavia, como já demonstramos anteriormente, esse discurso se torna insustentável visto que o passado não é mais, que o futuro ainda não é e que o presente sempre está em constante mudança. Deste modo, esse problema precisa ser superado porque, do contrário, não poderemos dar continuidade a temática, visto que, para falar

da medida do tempo é preciso que esses tempos existam. Sendo assim, para corroborar com a existência e a relação entre esses tempos, nos apropriamos da seguinte afirmação de Agostinho:

Onde é que os adivinhos viram as coisas futuras que vaticinaram, se elas ainda não os poderiam veridicamente contar, se os não vissem com a alma. Ora, se esses fatos passados não existissem, de modo nenhum poderiam ser vistos. Existem, portanto fatos futuros e fatos pretéritos (AGOSTINHO, LIVRO XI, 1984, p. 220).

Do aduzido até aqui, destacamos que a teoria do tríplice presente diz respeito a uma tese psicológica que, embora não seja essa a terminologia empregada por Agostinho, é assim que Ricoeur fez a leitura do conceito de tempo empregada no livro XI das *Confissões*. Devemos, porém, tomar o cuidado de não afirmar categoricamente que Agostinho resolveu os problemas inerentes ao conceito do tempo. Diante disso, Ricoeur toma o seguinte posicionamento com relação a essa teoria: a “‘solução psicológica’ atribuída a Agostinho não é talvez nem uma ‘psicologia’ que possa isolar da retórica do argumento, nem mesmo uma ‘solução’ que se possa subtrair definitivamente do regime aporético” (RICOEUR, 1994, p. 21).

Em relação a teoria do tempo em Agostinho, como já citamos no início deste trabalho acerca da definição da teoria do tríplice presente, devemos agora fazer as intercalações com os três elementos, isto é, com relação ao presente do passado (memória), ao presente do presente (visão) e ao presente do futuro (espera).

Iniciaremos a exposição dos elementos do tríplice presente a partir de um exemplo que Agostinho apresenta, que é o exemplo dos cem anos. Se não podemos medir o passado porque ele já não é mais, e o futuro porque ainda será, nos resta apenas o presente. O presente é uma peça fulcral para essa teoria porque diferente dos outros dois elementos, ele não possui extensão. Dessa maneira, ao invés de falar em tríplice presente, observamos a característica que surgiu como um conceito novo nessa acepção, isto é, a substituição do termo presente por passagem. Nesse sentido, Ricoeur diz que “acreditamos dar um passo decisivo substituindo a noção de presente pela de passagem, de transição, na esteira da asserção anterior” (RICOEUR, 1994, p. 25).

Nossa tarefa nesse momento é demonstrar como os três elementos da teoria do tríplice presente estão relacionados entre si. É nessa perspectiva que recorreremos ao exemplo que Agostinho propõe dos cem anos, anunciado da seguinte maneira:

Se o primeiro ano está decorrendo, este é presente, mas os outros noventa e nove são futuros, e portanto ainda não existem. Se está decorrendo o segundo ano, um é passado, outro presente e os restantes futuros. Se apresentarmos como presente qualquer dos cem anos intermediários da série centenária, notamos que os que estão antes dele são passados e os que estão depois são futuros. Pelo que cem anos não podem ser presentes (AGOSTINHO, LIVRO XI, 1984, p. 219).

Essa passagem deixa explícito qual é o papel que cada elemento desempenha na acepção de tempo. Devemos nos precaver em afirmar que embora tomemos como ponto inicial o conceito de tempo empregado nas *Confissões*, isso não implica dizer que nosso compromisso seja com o trabalho realizado por Agostinho, mas sim com a leitura, ou melhor, com a análise que Paul Ricoeur efetivou sobre o conceito de tempo em Agostinho. Isto também não significa dizer que a leitura sobre ambos tenha como resultado conclusões totalmente distintas em relação ao tempo. Na verdade, é provável chegar à conclusão de uma reciprocidade entre os dois. Nesse sentido, em relação ao exemplo que Agostinho apresentou a respeito dos cem anos, Ricoeur chegou à seguinte conclusão:

Essa declaração não é a simples repetição da afirmação rejeitada desde as primeiras páginas, a saber, que o futuro e o passado são. Os termos futuro e passado figuram doravante como adjetivos: futura e praeterita. Esse deslizar imperceptível abre, na realidade, caminho ao deslindamento do paradoxo inicial sobre o ser e o não-ser e, por via de consequência, do paradoxo central sobre a medida. Estamos, com efeito, prontos a considerar como seres não o passado e o futuro como tais, mas qualidades temporais que podem existir no presente sem que as coisas de que falamos quando as narramos ou as predizemos ainda existam ou já existiam (RICOEUR, 1994, p. 26).

Chegamos, portanto, a certeza de que a existência do passado e do futuro só pode ser concebida por meio do presente, através de uma passagem.

Nosso compromisso nesse momento é realizar uma análise sobre cada um dos três elementos da teoria do tríplice presente, começando pela questão do presente, tendo em vista sua sobreposição sobre os demais tempos. Desse modo, tal análise só é possível porque os três tempos existem e devido à sobreposição do presente em relação aos outros dois, assim como nos diz Correia:

Agostinho chega até admitir três modalidades de tempo — passado, presente e futuro —, mas impõe uma condição: para se falar no tempo de forma tríplice, necessário se faz eleger o presente como uma espécie de âncora, de centro gravitacional, onde girarão, em torno de sua órbita, as outras duas modalidades de tempo — passado, presente e futuro —, sob pena de organizar a existência apenas do presente (CORREIA, 2006, p. 55).

Presente

O presente, como já afirmamos anteriormente, é o único dos três elementos que não possui extensão. Nesse sentido, “a categoria do presente é importante, no pensamento de Agostinho, porque além de dar essa abertura para uma visão da eternidade, ela equaciona em si mesma as duas outras categorias, de passado e futuro, o que as torna inseparáveis e independentes” (REINALDO, 2003, p. 105).

O percurso que o futuro faz em direção ao passado depende inteiramente do presente, porque é ele o responsável pela ponte entre esses dois elementos, como demonstrado no exemplo dos cem anos. Se estamos no primeiro ano, o presente, ainda não poderemos falar de um passado, haja visto ainda não existir passado. Porém, se estamos no segundo ano, agora poderemos falar de um passado enquanto presente do passado. Deste modo, o passado só existe no presente enquanto memória do que já passou. Com relação ao futuro, ele também não existe sem o presente, já que sua existência é explicada enquanto sua extensão retrocede em direção ao presente até chegar na memória, sendo do passado. A expectativa do futuro é corroborada quando de fato sua realização é atestada pela memória que testifica no presente e, portanto, é nessa perspectiva que falamos de uma existência do presente do futuro.

É, de certa forma, complexo entender esse processo, ainda mais admitindo que dos três tempos só o presente existe, ainda que de forma enigmática, enquanto o passado e futuro existem apenas nas formas de qualidades do presente. É nesse caminho que podemos dizer que Ricoeur é levado a pensar sobre o presente. Contudo, para ele o passado e o futuro produzem no presente uma espécie de imagem. Assim, “o que constitui enigma é a própria estrutura de uma imagem que vale ora como impressão do passado, ora como signo do futuro. Parece que para Agostinho essa estrutura é pura e simplesmente vista como se mostra” (RICOEUR, 1994, p. 29).

Passado

Na busca pelo material bibliográfico para a presente pesquisa foi possível perceber que no Brasil as obras de Paul Ricoeur têm uma forte ênfase no tocante a produção de textos na área da História.

Sem dúvida, sua maneira de fazer filosofia não se restringe apenas ao âmbito da própria Filosofia, mas perpassa vários saberes. Nesse sentido, nosso compromisso é analisar qual é o seu procedimento em relação ao passado, motivo pelo qual optamos por fazer uma abordagem mais do viés da área da Filosofia.

Durante todo o percurso que estamos fazendo a partir da análise de Ricoeur sobre o livro XI das *Confissões*, notamos que o filósofo chegou à seguinte conclusão acerca da memória:

Confiando à memória o destino das coisas passadas e à espera coisas futuras, pode-se incluir memória e espera num presente ampliado e dialetizado que não é nenhum dos termos anteriormente rejeitados: nem o passado, nem o presente pontual, nem mesmo a passagem do presente (RICOEUR, 1994, p. 28).

Sendo assim, podemos afirmar que a memória é a garantia do passado, visto que ele não existe mais. Então, se o passado não existe, por que continuamos falando dele? É por causa da memória, pois ela é “a memória do passado do passado e faz com que o tempo se revele através da narrativa porque esta exprime a originalidade de existência humana” (OLIVEIRA, 2009, p. 57).

Em relação ao passado (sendo da memória) e ao futuro, a memória é uma via de mão dupla, como nos explica Ricoeur:

É a memória que está vinculado o sentido da orientação na passagem do tempo, orientação em mão dupla, do passado para o futuro, de trás para frente, por assim dizer; segundo a flecha do futuro da mudança, mas também do futuro para o passado, segundo o movimento inverso de trânsito da expectativa à lembrança, através do presente vivo (RICOEUR, 1913, p. 108).

Futuro

Como só podemos falar da existência do futuro em relação ao presente, é no presente que observamos o futuro gerar uma certa expectativa, e isso é o que Ricoeur chama de imagem. Enquanto afirmamos que o futuro regride do presente em direção ao passado, é nessa passagem que afirmamos categoricamente que “esta ação só existirá quando a mesma for realizada, deixando de ser futura e tornando-se presente” (NOARA, 2017, p. 37).

Deste modo, esse processo pode ser exemplificado de duas maneiras: 1) podemos falar de uma atenção que o futuro provoca no presente; 2) também devemos dizer que no presente se pode elaborar uma imagem antecipada, que deve ser entendida como um vaticínio.

É nesse sentido que Ricoeur aborda o conceito de espera em relação ao futuro, como ele bem coloca:

Consiste numa imagem que já existe no sentido de que precede o evento que ainda não é (*nondum*); mas essa imagem não é uma impressão deixada pelas coisas passadas, mas um “sinal” e uma “causa” das coisas futuras que assim são antecipadas, pré-concebidas, anunciadas, preditas, proclamadas antecipadamente (nota-se a riqueza do vocabulário comum da espera)” (RICOEUR, 1994, p. 27).

Aporia II

Lembramos que nossa intenção não é fazer uma investigação minuciosa acerca do tempo em Agostinho. Contudo, devido à amplitude que o tema nos pode proporcionar, decidimos nessa última parte do texto apontar porque se desenrolou a solução da medida do tempo nas *Confissões* e também quais foram suas implicações no pensamento de Paul Ricoeur.

Agostinho se distancia de todos os filósofos que o antecederam e que, ao abordarem o tema do tempo, o colocaram como algo exterior ao sujeito. Dentre esses nomes destacamos os antigos, como Aristóteles e Platão, como também um que é mais próximo de Agostinho, Plotino. Assim, mesmo que não tenhamos realizado uma abordagem direta sobre o tempo objetivo, vale destacar que se trata de uma acepção que procura sustentar que a medida do tempo seja dada através de algo exterior ao

sujeito. Para uma melhor compreensão a respeito desse tempo podemos citar o que Nunes propõe:

A experiência do movimento exterior das coisas prepondera na elaboração do conceito de tempo físico, natural ou cósmico: tanto pode ser a medida do movimento como relação entre o anterior e o posterior, conforme Aristóteles escreveu em sua física dois, independente de consciência do sujeito, além de quantitativo, porque expresso mediante grandezas (NUNES, 1995, p. 18).

Como podemos observar, a definição dada ao tempo pelos pensadores que antecederam Agostinho o situava fora da alma. Com Agostinho, o conceito de tempo passa a ser interiorizado, um tempo da alma.

Neste sentido, essa discussão nos conduz ao que Ricoeur diz após comentar sobre os quatro argumentos apresentados por Agostinho acerca da medida do tempo extrínseco, fazendo a seguinte síntese a respeito: “é, com efeito, essencial notar que no final do argumento, o qual dissocia totalmente a noção de “dia” daquela de movimento celeste, que Agostinho introduz, pela primeira vez, a noção de *distentio* [...]” (RICOEUR, 1994, p. 32). Desta forma, queremos destacar o que é essa *distentio* em Agostinho e por intermédio dela atingir nosso objetivo, que é apresentar a ideia de discordância que Ricoeur astuciosamente pontuou.

Em relação a *distentio*, podemos dizer que por meio dela Agostinho chegou à conclusão de que não é possível mensurar um tempo objetivo, mas um tempo interior, subjetivo. Neste sentido, podemos concluir que a medida do tempo é de certa forma uma distensão da alma, assim como Agostinho colocou: “pelo que, parece-me que o tempo não é outra coisa senão distensão; mas de que coisa o seja, ignoro. Seria para admirar que não fosse a da própria alma” (AGOSTINHO, 1984, LIVRO XI, p. 226).

Essa foi a forma teórica que o autor usou para falar sobre a medida do tempo. Por outro lado, no que diz respeito a parte prática que ele utilizou para exemplificar a teoria, destaca-se o seguinte raciocínio:

“*Deus criator omnium*”: este verso de oito sílabas alterna sílabas breves e longas: as quatro breves (primeira, terceira, quinta e sétima) são simples em relação às quatro longas (segunda, quarta, sexta e oitava). Cada uma destas, em relação a cada uma daquelas, vale um tempo duplo. Declamo e confirmo que é assim, pelo que se manifesta ao sentido. Pelo que é manifesto ao sentido, meço a sílaba longa pela breve e sinto que vale duas vezes tanto (AGOSTINHO, 2017, p. 331).

No tocante ao campo teórico possuímos a impressão de termos conseguido destacar o conceito de distensão. Nos resta operacionalizar como de fato essa distensão se efetiva. Ninguém melhor do que o próprio Ricoeur para elucidar como isso se processa. Sendo assim, diz ele:

Mas o paradoxo inicial do tríplice presente é exaltado antes que resolvido: a alma, com efeito, é dispersa e distendida na proporção de sua atração e de sua intenção que a reporta ao poema tomado na totalidade, tal como é antecipado no começo da experiência. A dialética da lembrança, da espera e da atenção, no interior do tríplice presente, é desde então duplicada pela dialética entre intenção e distensão que torna o presente “humano, demasiado humano”, por comparação com o eterno presente de Deus, que é o Agora absoluto em *simultota*, simultâneo a tudo (RICOEUR, 2012, p. 302).

A maneira teórica que Agostinho encontrou para se referir a distensão com a exemplificação do poema de Santo Ambrósio é, sem dúvida, o caminho para falar em um tempo que se manifesta na linguagem, isto é, um anúncio para a solução da medida do tempo. Isso ocorre porque a recitação desse poema é o percurso pelo qual a teoria do tríplice presente se manifesta e que a atividade narrativa supre a necessidade que essa teoria possui de discordância, como bem destacou Ricoeur:

O achado inestimável de Santo Agostinho, reduzido a distensão à falha que não cessa de se insinuar no coração do tríplice presente: entre o presente do futuro, o presente do passado e o presente do presente. Assim, ele vê a discordância nascer e renascer da própria concordância entre os desígnios da expectativa, da atenção e da memória (RICOEUR, 1994, p. 41).

Conclusão

Com a intenção de demonstrar de que forma Agostinho trabalhou o conceito de tempo e seus respectivos problemas, buscamos apontar em nossa análise os elementos que foram essenciais para a compreensão da interpretação de Ricoeur sobre o livro XI das *Confissões*. Fizemos isso visando destacar que, para Ricoeur, o tempo da forma que Agostinho pensou, visto de forma isolada, não é suficiente para resolver o problema do tempo, e que, portanto, necessita da concordância.

No que lhe concerne, devemos conservar as contribuições que Agostinho nos deixou até aqui e nos voltarmos agora para o outro filósofo. Nosso foco a partir de então é buscar aquilo que Agostinho não nos pode oferecer, isto é, a concordância.

Com isso, queremos rematar afirmando que o tempo, e ulteriormente a narrativa, são termos fulcrais para as bases de uma hermenêutica em Ricoeur, conforme a seguinte asserção:

O mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal. Ou, como será frequentemente repetido nesta obra: o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal (RICOEUR, 1994, p. 15).

Referências

AGOSTINHO, S. **Confissões**. Tradução de Angelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural, v. 3, 1984. (Coleção Os Pensadores).

AGOSTINHO, S. **Confissões**. Tradução de Lorenzo Mammi. 2ª ed. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2017.

CORREIA, F. J. B. **O problema do tempo no pensamento de Agostinho de Hipona e Henri Bergson**. 118f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

GUIMARÃES, P. H. C. **O tempo da palavra: um estudo sobre as Confissões de Santo Agostinho (sec. IV d.C.)**. 105 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

NASCIMENTO, S. F. Eternidade e tempo: Plotino e Agostinho. **Argumentos Revista de Filosofia**. Fortaleza, v. 11, n. 22, p. 152-161, jul./dez 2019.

NOARA, A. R. B. Expectações do espírito: Agostinho e o tempo. **Diaphonía**. Toledo, v. 3, n. II, p. 2446-7413, 2017.

NUNES, B. **O Tempo na Narrativa**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

OLIVEIRA, R. D. C. **O poema O guesa, de Sousândrade, à luz da hermenêutica de Paul Ricoeur**. 180 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, R. D. C. A legitimação da Hemenêutica Fenomenológica da Paul Ricoeur. **Ekstasis: Revista de Fenomenologia e Hermenêutica**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 69-83, 2013.

RICHTER, B. N. **Tempo e eternidade**: a leitura do Livro XI das Confissões de Agostinho por Paul Ricoeur. 92f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, 2018.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa - Tomo I**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.

RICOEUR, P. Entre tempo e narrativa: concordância e discordância. **Kriterion: Revista de Filosofia**. Belo Horizonte, n. 53, p. 299-310, 2012.

ROSA, J. M. D. S. **Da identidade narrativa**: Paul Ricoeur leitor de Santo Agostinho. Covilhã: LusoSofia press, 2009.

RUFINO, J. R. **Passado, presente e futuro**: o tempo da consciência e a consciência do tempo no pensamento de Santo Agostinho. 180f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

VIANA, C. A. Tempo e sujeito em Paul Ricoeur: uma introdução a partir da leitura do Livro XI das Confissões de Santo Agostinho. **Revista Contemplação**. Passo Fundo, v. 1, p. 1-19, 2012.

Recebido em: 18/03/2022.
Aprovado em: 02/05/2022.

Received: 18/03/2022.
Approved: 02/05/2022.